



**Comitê Executivo do Programa das
Nações Unidas para o
Desenvolvimento, do Fundo das
Nações Unidas para População e do
Escritório das Nações Unidas para
Serviços de Projetos**

Distr.: Geral
21 Junho 2016

Original: Inglês

Segunda sessão regular 2016

6 – 9 Setembro 2016, Nova York

Aprovado: 8 de Setembro 2016.

Programa de Países e assuntos relacionados

Documento de Programa País para a República Federativa do Brasil (2017-2021)

Conteúdo

| <i>Capítulo</i> | <i>Página</i> |
|---|---------------|
| I. Justificativa. | 2 |
| II. Prioridades e parcerias do programa | 5 |
| III. Programa e gestão de riscos | 8 |
| IV. Monitoramento e avaliação. | 9 |
| Anexo | |
| Matriz de resultados e recursos (2017-2021) | 10 |

I. Justificativa

1. O Brasil experimentou mais de uma década de progresso econômico e social entre 2003-2014 na qual mais de 26 milhões de pessoas saíram da pobreza e houve uma redução significativa da desigualdade (o índice de Gini caiu de 0,60 para 0,53).¹ A renda dos 40 por cento mais pobres da população cresceu em média 6,1 por cento (em termos reais) comparada aos 3,5 por cento de crescimento da renda da população total. Entre 2003 e 2014, as políticas de transferência de renda condicionadas, como Bolsa Família e Bolsa Verde, e o Crédito para a Agricultura Familiar, contribuíram para redução da população vivendo abaixo da linha da pobreza (US\$ 1,25/dia) de 12,7 por cento para 4,9 por cento.

2. O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, caiu de uma média de 4,5 por cento de 2006 a 2010 para 2,1 por cento entre 2011-2014, caindo para -3,8 por cento em 2015. A taxa de inflação continua alta, terminando 2015 em 10,8 por cento. Em 2015, o Real apresentou desvalorização de 49 por cento em relação ao dólar americano.

3. Apesar da queda da desigualdade durante a década passada, a pobreza persiste entre populações vulneráveis, especialmente nas áreas rurais do Nordeste, populações indígenas, agro-extrativistas e negros. A causa estrutural é a concentração de recursos políticos e econômicos nos 5 por cento² mais ricos da população que leva ao acesso desigual a direitos e aos serviços públicos. No Nordeste, a pobreza e extrema pobreza caíram mais do que no resto do Brasil, mas a região ainda apresenta altos índices entre populações específicas. Por exemplo, a pobreza em domicílios rurais caiu de 65 por cento para 36 por cento³, mas as famílias negras (53 por cento da população)⁴ tem renda per capita 40 por cento inferior às famílias não-negras.⁵

4. Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), o Brasil superou as metas de sete ODMs, e melhorou o ODM 4: taxa de mortalidade materna. Apesar da meta ser de 35 casos por 100.000 nascidos vivos, ainda há uma média de 63,9 mortes,⁶ das quais 62,8 por cento são mulheres negras e 34 por cento de mulheres brancas. Respectivamente, elas representam 52 por cento e 47,5 por cento da população feminina brasileira. A mortalidade infantil entre crianças indígenas é de 43,4 por 1.000 nascidos vivos comparada a 15 por 1.000 nascidos vivos entre crianças não-indígenas, principalmente devido à diarreia e desnutrição.⁷

5. No Brasil, a situação das mulheres tem melhorado ao longo das últimas décadas; entretanto, marcadores sociais relacionados a raça, etnia e classe são fontes de desigualdade enfrentadas por mulheres negras, indígenas e rurais. Por exemplo, a taxa de homicídios de mulheres negras é 48 por cento maior que de mulheres não-negras⁸, enquanto 32,7 por cento⁹ das mulheres indígenas tem anemia devido ao acesso inadequado a sementes, serviços de saúde e gestão

¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) DATA, 2014.

² De acordo com Gobetti & Orair (IPEA, 2015), os 5 por cento mais ricos concentram 30 por cento da renda total e 43 por cento da riqueza total.

³ International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG). Perfil da Pobreza: o Norte e Nordeste rurais no Brasil.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2014.

⁵ IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego, 2015.

⁶ Relatório Socioeconômico da Mulher, 2015.

⁷ UNICEF. Tendências em Mortalidade Infantil, 2015.

⁸ Mapa da Violência, 2011.

⁹ 1º Inquérito Nacional de Nutrição dos Povos Indígenas.

inadequada de terras indígenas.¹⁰ Assim, as desigualdades estruturantes baseadas em situação de domicílio, gênero, raça e etnia são o maior desafio de desenvolvimento do País.

6. Mais de 80 por cento da população brasileira vive em áreas urbanas, o que afeta o uso da terra e pressiona os recursos naturais, estabelecendo acesso desigual aos benefícios urbanos. A contínua migração das áreas rurais para urbanas aumenta o número de ocupações irregulares, onde faltam serviços públicos, piorando a concentração da pobreza.

7. O Brasil reduziu as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 41 por cento¹¹ em 2012 em relação aos níveis de 2005, o maior esforço de um país em ações de mitigação até agora. O Brasil reduziu a taxa de desmatamento da Amazônia em 82 por cento entre 2004 e 2014, e realizou ações de mitigação em várias áreas, incluindo energia e agricultura. As recentes "Contribuições Pretendidas, Determinadas em Nível Nacional" (INDCs) apresentadas pelo Brasil no contexto da COP21, indicaram que o país pretende se comprometer ainda mais em reduzir a emissão de GEE em 37 por cento abaixo dos níveis de 2005 até 2025, e 43 por cento em 2030.

8. Houve um aumento contínuo de desastres naturais no Brasil. O Atlas Brasileiro de Desastres Naturais mapeou uma média de 1.363 catástrofes por ano, que afetaram mais de 1.500 municípios. Secas, enchentes, deslizamentos mataram mais de 2.500 pessoas entre 1991 e 2010. As populações urbanas, em sua maioria negra, morando em favelas são as mais afetadas por desastres.

9. O Brasil enfrenta uma série de desafios de desenvolvimento para combinar crescimento da agricultura, proteção ambiental, direitos dos povos indígenas e desenvolvimento sustentável. O Censo de 2010 mostrou uma população indígena de 896.000 pessoas (de 305 etnias e 274 línguas) vivendo em áreas de proteção mas ameaçadas por fazendeiros, madeireiros e mineradoras ilegais.

10. Alagoas, Bahia e Ceará são os estados mais violentos do Brasil. Na década passada, a taxa de homicídios subiu, atingindo 29 por 100.000 habitantes. Em 2012, 56.337 pessoas foram assassinadas, das quais 30.072 eram jovens negros pobres. O número de vítimas não-negras caiu de 20.000 em 2002 para 15.000 em 2012, enquanto o número de vítimas negras aumentou de 30.000 para 41.000 no mesmo período,¹² uma evidência da desigualdade racial no Brasil. Com relação à violência de gênero, 50,3 por cento dos 4.762 assassinatos registrados contra mulheres foram cometidos por parentes. Além disso, houve um aumento de 54 por cento no número de assassinatos de mulheres negras na última década.¹³

11. O Brasil realizou importantes avanços no acesso à Justiça, tais como o fortalecimento das Defensorias Públicas, a criação do Conselho Nacional de Justiça e a implementação de políticas alternativas de resolução de conflitos. Entretanto, ainda há desafios. A maioria da população do sistema prisional tem menos de 29 anos (54,8 por cento) e são negros (60,8 por cento). Da mesma forma, a taxa de encarceramento de mulheres aumentou 567 por cento entre 2000 e 2014, totalizando 37.380 mulheres das quais 50 por cento tem idade entre 18 e 29 anos.¹⁴

12. A corrupção retira recursos do desenvolvimento social e econômico, afetando as pessoas que vivem na pobreza. A Estratégia Nacional de Combate à

¹⁰ Avaliação PNUD "Segurança Alimentar e Nutricional das mulheres e crianças indígenas no Brasil", 2013.

¹¹ Global warming potential-100 Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) Second Assessment Report.

¹² Mapa da Violência, 2011 e 2015.

¹³ Mapa da Violência: Homicídios de Mulheres, 2015.

¹⁴ INFOPEN Mulheres, 2015.

Corrupção e à Lavagem de Dinheiro foi criada para monitorar resultados e promover uma sociedade anticorrupção. O custo da corrupção no Brasil é estimado em 2.3 por cento do PIB.

13. O Brasil precisa de um modelo de crescimento econômico inclusivo e sustentável e no qual o setor privado terá papel essencial. Aproximadamente 12.9 milhões de empresas¹⁵ empregam 40 milhões de pessoas. Pequenas e médias empresas (PME) compõem 85 por cento deste setor, mas apenas 27 por cento do PIB nacional. Existem nove milhões de micro e pequenas empresas e cinco milhões de microempreendedores individuais (MEI), dos quais 500.000 são beneficiários do Bolsa Família (93 por cento são mulheres e 73 por cento são negras). Enquanto os MEIs têm acesso à seguridade social e impostos reduzidos, há desafios de acesso a treinamentos e novas tecnologias.

14. A Cooperação Sul Sul (SSC) brasileira prestou cooperação técnica para 98 países, a maior parte da África e América Latina, e particularmente para países de língua portuguesa. A SSC pode ser otimizada com maior enfoque na sistematização e na difusão de conhecimento e assistência técnica e operacional.

15. Entre 2012 e 2015, o PNUD contribuiu para a redução da pobreza e da exclusão social no Brasil¹⁶. O “Atlas do Desenvolvimento Humano” (ADH) auxiliou os gestores de políticas a implementar serviços públicos nas localidades mais pobres, como o Programa “Mais Médicos”, que alocou 14.000 médicos em municípios¹⁷ com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Da mesma forma, o PNUD atuou na localização dos ODMs no País, apoiando redes da sociedade civil e criando ferramentas para fortalecer a implementação políticas, como o Portal ODM, Prêmio ODM, Conferência e Relatório de Acompanhamento dos ODMs. Inclusão baseada em abordagens integradas e estratégias de redução da pobreza, crescimento econômico e sustentabilidade ambiental foram desenvolvidas com sucesso para famílias rurais e comunidades pobres. Kits sistematizados de conhecimento foram desenvolvidos pelo escritório do PNUD para as áreas de justiça, segurança pública, desenvolvimento local, bem-estar, esportes e negócios inclusivos, e serão ampliados no próximo ciclo.

16. Entre as principais lições aprendidas do programa anterior, destaca-se a necessidade do PNUD aumentar a divulgação da ferramenta ADH para fortalecer a alocação de serviços pelo governo em municípios de baixo IDH. O PNUD deve aproveitar a experiência com a localização dos ODMs para a transversalização dos ODSs. O PNUD também deve melhorar a comunicação e divulgação de resultados e produtos de conhecimento. Além disso, o PNUD também deve aprimorar o monitoramento dos projetos. Por fim, o trabalho deve estar mais distribuído pelo território, especialmente nos estados e municípios mais pobres.

17. Assim, desigualdades persistem entre os ricos e pobres, por situação de domicílio (entre áreas rurais e urbanas, inter-regional e intra-regional). O rápido processo de urbanização resultou em alta concentração de pobreza nas áreas urbanas, especialmente nas ocupações de morros e encostas, sujeitas a desastres naturais. No próximo ciclo programático, o PNUD apoiará o Brasil na redução das desigualdades, com foco nas populações vulneráveis que permanecem na pobreza. Esta abordagem está alinhada com as prioridades nacionais estabelecidas pelo Plano Plurianual (PPA 2016-2019). O estabelecimento de

¹⁵ Censo das Empresas Brasileiras, Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, 2012.

¹⁶ 50 Anos de Atuação do PNUD.

¹⁷ Acesso online: <http://www.brasil.gov.br/saude/2015/02/mais-medicos-vai-beneficiar-cerca-de-63-milhoes-de-brasileiros-em-2015>.

parcerias com entidades governamentais, a sociedade civil, o setor privado, as universidades, as outras organizações das Nações Unidas, os doadores multilaterais e as instituições financeiras internacionais (IFIs) é essencial para mobilizar recursos, alavancar iniciativas e criar *momentum* para mudança sustentável.

II. Prioridades e Parcerias do Programa

18. O PNUD, em conjunto com outras organizações das Nações Unidas, está bem posicionado para apoiar a Agenda 2030 como uma plataforma que auxiliará na transformação do Brasil em um país mais sustentável, com o foco na erradicação da pobreza e da desigualdade.¹⁸ O Governo do Brasil (GdB) e o PNUD trabalharão na mobilização social e na territorialização dos ODSs, buscando a participação das populações vulneráveis nas políticas públicas e no diálogo democrático. O PNUD também lançará uma plataforma de monitoramento dos ODSs em parceria com o IPEA. Além disso, o PNUD promoverá treinamentos e apoio à construção de capacidade no Governo para transversalizar os ODSs na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

19. Foco especial será dado às áreas e populações vulneráveis com baixo e médio IDH, especialmente os pobres rurais do Norte e Nordeste, mulheres negras, povos indígenas e comunidade lésbica, gay, bissexual e transgênero (LGBT), trabalhando mais intensamente com estados e municípios. Será dado foco à redução das desigualdades e à construção de resiliência a choques em todo o portfólio, especialmente na promoção de alianças entre instituições nacionais, locais, público-privadas e agências da ONU.

20. Do mesmo modo, o PNUD intensificará suas parcerias com Centros Globais. O Centro Internacional para o Setor Privado e Desenvolvimento de Istambul prestará assistência em negócios inclusivos. O Escritório Regional da América Latina e Caribe (RBLAC) prestará apoio em segurança pública, gênero, participação social, transparência e gestão de riscos de desastre (GRD). O escritório do PNUD continuará prestando apoio ao Centro Rio+.

Pessoas: Sociedade inclusiva e equitativa com plenos direitos para todas e todos

21. O PNUD estabelecerá parcerias com os governos municipais, estaduais e federal, a sociedade civil, o setor privado e organizações internacionais para desenvolver iniciativas de combate à pobreza e à desigualdade por meio da melhoria dos serviços públicos, em áreas como saúde, assistência social e desenvolvimento rural. O PNUD contribuirá para fortalecer as capacidades de formulação, monitoramento e avaliação das políticas sociais, com ênfase na igualdade de gênero, raça, etnia e geracional.

22. O PNUD continuará iniciativas para construir resiliência das instituições aos choques econômicos e evitar que as pessoas voltem à pobreza. O PNUD expandirá o ADH por meio da desagregação dos dados por gênero e raça, incorporando os dados da PNAD (RADAR PNAD 2012-2014) e agregando três novas regiões metropolitanas. O PNUD também fará um Relatório de Desenvolvimento Humano sobre esportes e atividades físicas e construirá uma plataforma para monitorar os indicadores dos ODSs.

¹⁸ Todas as menções à redução da pobreza deste ponto em diante estarão alinhadas ao ODS 1, Meta 1.2.

23. O GdB será apoiado no fortalecimento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) e a expansão da descentralização da política de igualdade racial. Além disso, a capacitação técnica para aperfeiçoar a extensão rural para a agricultura familiar e o Programa Bolsa Verde serão fortalecidas, beneficiando populações e comunidades tradicionais.

24. A estratégia do PNUD em relação à política de assistência social da população levará em conta a prevenção e tratamento de doenças pelo Sistema Único de Saúde, melhorando a capacidade gerencial para garantir o acesso a todas as pessoas, particularmente as mais vulneráveis. O PNUD apoiará políticas públicas e iniciativas da sociedade civil para a promoção de esportes e atividades físicas para todas as idades e apoiará a emergências epidemiológicas, conforme solicitação governamental. A promoção de serviços de saúde que não discriminem por gênero, raça, idade e identidade sexual é parte da estratégia em parceria com a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/AIDS (UNAIDS) para aumentar o acesso dos cidadãos aos serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento ao HIV/AIDS.

25. O PNUD continuará a transversalizar a igualdade de gênero, engajando as mulheres na proteção, gestão e sustentabilidade do meio ambiente e recursos naturais. O PNUD também promoverá o empoderamento das mulheres para eliminar desigualdades de gênero no setor privado e promoverá cooperação com a ONU Mulheres e o Fundo das Nações Unidas para Populações (UNFPA) na prevenção da violência de gênero e na promoção do empoderamento das mulheres.

26. O conhecimento brasileiro sobre desenvolvimento e tecnologias sociais continuará a ser sistematizado e compartilhado com países em desenvolvimento por meio da cooperação Sul Sul e Triangular. O Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPG-IG), administrado e apoiado pelo PNUD Brasil, intensificará o compartilhamento de iniciativas Sul Sul para apoiar países interessados em desenho e avaliação de políticas e programas de proteção social.

Planeta: Gestão sustentável dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras

27. O PNUD trabalhará com o governo brasileiro para implementar a legislação ambiental nacional e compromissos multilaterais e internacionais focados na biodiversidade, desertificação, substâncias químicas, Protocolo de Montreal e mudanças climáticas.

28. O PNUD apoiará o governo brasileiro na implementação do marco regulatório ambiental e políticas relacionadas que promovam a gestão sustentável dos recursos naturais, serviços ecossistêmicos efetivos, utilização e mudanças no uso do solo, recuperação de áreas degradadas, bem como a gestão territorial e ambiental pelos povos indígenas, quilombolas e populações rurais. Este trabalho visa garantir seus direitos constitucionais, aumentar a resiliência às alterações climáticas e reduzir a degradação do solo. Trabalhando com grupos vulneráveis, o PNUD incentivará sua inclusão produtiva e acesso aos mercados, aumentando sua renda por meio da preservação das florestas.

29. O fortalecimento da resiliência das populações-alvo melhorará suas vidas, reduzindo suas vulnerabilidades ao impacto das mudanças climáticas e desastres naturais. Dado o impacto das mudanças climáticas na desertificação, aumento de desastres e agravamento da pobreza em grupos de risco, o PNUD apoiará a implementação das INDCs, medidas de mitigação e adaptação, eficiência

energética, gestão de resíduos e substâncias químicas, energia renovável e transporte sustentável. O PNUD irá cooperar com as autoridades estaduais, universidades e sociedade civil para fortalecer as capacidades nacionais de GRD por meio da produção de dados, capacitação de funcionários, assessoria técnica no desenho e implementação de políticas públicas sensíveis a gênero e inter-setoriais com foco em áreas de pobreza e extrema pobreza.

30. O PNUD promoverá parcerias para a adoção de padrões de produção e consumo sustentáveis (incluindo a dimensão de gênero). Por meio do Protocolo de Montreal, o PNUD promoverá conscientização e aumentará a capacidade técnica das companhias envolvidas na eliminação de substâncias que destroem a Camada de Ozônio. A redução da poluição e substâncias nocivas na atmosfera certamente trará impactos positivos para o controle de doenças e para a saúde.

31. O PNUD promoverá a sustentabilidade das cidades, comunidades e territórios por meio de políticas construídas com base nos resultados do Relatório do Desenvolvimento Humano das Regiões Metropolitanas.

Prosperidade: Prosperidade e qualidade de vida para todas as pessoas

32. O desenvolvimento econômico é crítico para a redução da pobreza e da desigualdade. No Brasil, o PNUD apoiará uma abordagem inclusiva de crescimento econômico, por meio de metodologias e informações para expandir negócios inclusivos na base da pirâmide, aumentando a renda das 5.140 micro e pequenas empresas e 1.087.860 MEI atendidos pelo *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)*, dos quais 52 por cento são homens e 48 por cento são mulheres. O PNUD também fortalecerá a capacidade de 15 aceleradoras e incubadoras de negócios para apoiar a implementação de modelos de negócios inclusivos.

33. No Brasil, 68 por cento da população tem conta simplificada, dos quais 58.5 por cento estão entre os 40 por cento mais pobres, sendo 64.8 por cento mulheres e 52.6 por cento jovens. O PNUD trabalhará em conjunto com atores nacionais para desenvolver estudos, apoiar inovação tecnológica e disseminar informação para aumentar o uso qualificado de crédito e poupança no país, facilitando acesso ao capital, à geração de renda e ao crescimento econômico. Atenção especial será dada ao desenvolvimento de modelos de negócios que incorporem a perspectiva de gênero.

34. O PNUD prestará assistência técnica a atores nacionais e locais, fortalecendo a infra-estrutura, logística e serviços básicos para que comunidades de negócios possam chegar em áreas excluídas.

35. O PNUD expandirá parcerias com múltiplos atores, engajando redes de negócios, empresas públicas e privadas, fundações filantrópicas e mídia, na conscientização sobre padrões de produção e consumo. Da mesma forma, o PNUD promoverá o diálogo com indústrias extrativas e populações afetadas sobre desenvolvimento sustentável. O PNUD estimulará a colaboração público-privada para o desenvolvimento, incluindo a organização de grandes eventos.

Paz: Sociedade pacífica, justa e inclusiva

36. O Estado de Direito e o desenvolvimento se reforçam mutuamente e promovem um ambiente baseado na governança democrática, na lei, na justiça e na paz, como pilares das políticas públicas focalizadas na redução da pobreza e das desigualdades. Neste contexto, o PNUD apoiará os governos federal, estaduais e municipais, e os poderes judiciário e legislativo a desenvolver iniciativas para promover uma sociedade inclusiva e pacífica, especialmente

para populações vulneráveis. Atenção especial será prestada aos municípios de baixo IDH, considerando as desigualdades de gênero, raça, etnia e geracionais.

37. Abordagens inovadoras para a prevenção e controle da violência serão priorizadas por meio da coordenação e diálogo intragovernamental com uma visão multidisciplinar sobre a questão da violência. A participação social e a transversalização de gênero serão essenciais no processo de desenho, implementação e monitoramento das políticas de segurança pública. O PNUD promoverá esforços com o GdB e outras agências para eliminar a violência contra mulheres e meninas.

38. Por meio da promoção do acesso à Justiça, o PNUD se envolverá no fortalecimento das instituições jurídicas, como Defensores e Promotores Públicos, seus mecanismos de acesso e mecanismos alternativos, que levam à resolução pacífica de conflitos. Além disso, também será priorizado o aperfeiçoamento da gestão e acesso à justiça nas prisões, por meio de diretrizes para assegurar os direitos das pessoas em privação de liberdade, mudando as práticas que contribuem para o encarceramento excessivo no país, especialmente de mulheres.

39. Com relação aos direitos humanos, o PNUD apoiará políticas públicas (no nível nacional e subnacional), que promovem o diálogo com a sociedade civil e foco nas populações LGBT, mulheres negras e imigrantes. Além disso, o PNUD apoiará a elaboração do *Stigma Index* em conjunto com outras agências da ONU e parceiros.

40. Para atingir instituições inclusivas e reduzir a corrupção em todas as suas formas, será utilizado o diálogo democrático como instrumento para a construção coletiva de uma cultura de transparência e *accountability*, reduzindo uma das principais barreiras para atingir os SDGs.

41. O PNUD apoiará a modernização do Estado, especialmente nos níveis subnacionais e promovendo ferramentas como o Sistema de Gestão para a Governabilidade (SIGOB) e melhores práticas em gestão pública e prestação efetiva de serviços públicos, particularmente em municípios com baixo IDH.

III. Gestão de risco e do programa

42. Este Documento de Programa do País define as contribuições do PNUD para o alcance das prioridades nacionais, sendo a principal fonte de *accountability* da Junta Executiva para resultados e recursos do programa no Brasil. As responsabilidades dos gerentes no nível central, regional e nacional com relação ao programa do país estão definidas na política operacional e programática, bem como no arcabouço de procedimentos e controle interno. Este programa será executado nacionalmente, tendo o Ministério das Relações Exteriores como coordenador oficial e técnico da cooperação internacional. O PNUD prestará o apoio à implementação conforme necessário. Outras modalidades de execução podem ser utilizadas, incluindo a execução direta pelo PNUD ou por organizações não-governamentais, no intuito de atingir resultados alinhados aos procedimentos institucionais. Os padrões sociais e ambientais do PNUD serão aplicados para assegurar o desenvolvimento inclusivo, baseado nos direitos humanos e na proteção ambiental. O *Harmonized approach to cash transfer* (HACT) e procedimentos de *fast-track* podem ser aplicados, se necessário. O PNUD apoiará a implementação da *Joint Operation Facility* (JOF) no Brasil, incorporando ao modelo de negócios do Escritório no País.

43. O programa está alinhado com as prioridades do PPA 2016-2019, o Marco de Parceria das Nações Unidas (UNDAF 2017-2021), o Plano Estratégico do PNUD 2014-2017 e incorpora os ODSs em sua estratégia de implementação. Um comitê de gestão do programa será estabelecido com parceiros nacionais para acompanhar a implementação do programa.

44. O PNUD expandirá a estratégia de parcerias, fortalecendo as atuais e desenvolvendo novas alianças com outras instituições, como governos subnacionais, IFIs, setor privado, mídia, etc.

45. Os riscos do Programa estão relacionados à flutuação do câmbio e instabilidades políticas, como por exemplo, as eleições municipais de 2016 e estaduais e presidencial de 2018, que podem mudar as prioridades de políticas públicas nos níveis subnacionais e nacional. Para mitigar estes riscos, o PNUD se envolverá em diálogo com candidatos e autoridades de todos os espectros políticos, alinhando iniciativas com planos e políticas públicas governamentais. Déficits fiscais, alta da inflação, dependência de commodities e queda nos preços do petróleo são riscos para a arrecadação e investimentos do governo. Estes riscos demandam análise robusta do PNUD para apoiar o GdB no aumento da eficiência do setor público e promoção de reformas estruturais.

46. O PNUD mobilizará recursos e contribuições *in-kind* em todos os níveis de governo, IFIs, setor privado e doadores internacionais interessados em parcerias com o GdB. Uma estratégia de mobilização de recursos cobrirá todo o ciclo do programa.

IV. Monitoramento e avaliação

47. Indicadores, linhas de base e metas estabelecem a base para Monitoramento e Avaliação (M&A). Os dados utilizados serão levantados por meio de instituições nacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), organizações setoriais e outros. Os dados serão desagregados por sexo, raça/cor, idade e outras variáveis relevantes. Estratégias para geração de dados serão desenhadas para aperfeiçoar a capacidade de monitoramento nacional, especialmente no nível local, incluindo plataformas de acompanhamento dos indicadores e metas dos ODSs. O PNUD fortalecerá sua capacidade de M&A para auxiliar no monitoramento do UNDAF e na gestão das informações interagenciais.

48. Atualmente, o Marcador de Gênero (Gender Marker) do PNUD tem 2 projetos GEN3 e 14 projetos GEN2, totalizando 6.2 milhões de dólares (12.4 por cento do delivery). Para aumentar as capacidades de gênero do Escritório de país, o PNUD fortalecerá a Estratégia de Igualdade de Gênero com projetos específicos e atividades focadas no empoderamento das mulheres.

49. Revisões anuais do CPD serão organizadas conjuntamente pelo PNUD e ABC com todos os parceiros. As estratégias de planejamento, M&A e gestão de conhecimento serão fortalecidas.

50. A estratégia inclui: (a) mecanismos de revisão da qualidade para assegurar abordagem de resultados, gênero, identificação de oportunidades de CSS e desenvolvimento de capacidades; (b) plano de avaliação para apoiar a tomada de decisão, aprendizado e responsabilização; e (c) plano de comunicação.

Anexo. Matriz de resultados e recursos para o Brasil, 2017-2021

| Prioridade Nacional <i>Pessoas: Sociedade inclusiva e equitativa com plenos direitos para todos e todas</i> | | | | |
|---|---|---|--|--|
| Resultado do UNDAF: Resultado 1: Desenvolvimento social fortalecido em todo o território, com a redução da pobreza, por meio do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional e trabalho decente, com equidade e ênfase na igualdade de gênero, raça, etnia e geracional | | | | |
| Resultado do Plano Estratégico Global do PNUD (2014-2017) Resultado 3. Países com instituições fortalecidas para possibilitar o acesso universal aos serviços públicos | | | | |
| Resultados, indicadores, linha de base e metas do UNDAF | Fonte do dado, frequência de coleta e responsabilidades | Produtos indicativos do programa de País (incluindo indicadores, linhas de base e metas) | Principais parceiros | Recursos indicativos por resultado (em US\$) |
| <p><i>Indicador:</i> Taxa de mortalidade materna, desagregada por raça/cor <i>Linha de base:</i> 63.9 por 100.000 nascidos vivos (62.8% negra; 34% branca) (2015) <i>Meta:</i> 35 por 100.000 nascidos vivos (52% negra; 47.5% branca) (2021)</p> <p><i>Indicador:</i> Número do famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, desagregado pelo sexo da pessoa responsável pelo domicílio. <i>Linha de base:</i> 76.220 (66.311 mulheres; 9.909 homens) (2016) <i>Meta:</i> 94.000 (81.780)</p> | <p><i>Fonte:</i> SVS/Ministério da Saúde <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> MS</p> <p><i>Fonte:</i> Ministério do Meio Ambiente (MMA) <i>Frequência:</i> Mensal <i>Responsabilidade:</i> MMA</p> | <p>1. Fortalecimento de capacidades institucionais para formular e implementar políticas e estratégias para melhorar o acesso da população à saúde e promoção do bem-estar.</p> <p><i>Indicador 1.1:</i> Número de estratégias implementadas melhorar os serviços de saúde e promoção de esportes para a população vulnerável, incluindo mulheres negras, populações indígenas,, LGBT, etc. <i>Linha de base:</i> 02 (2015) <i>Meta:</i> 10 (2019)</p> <p><i>Indicador 1.2:</i> Taxa de detecção do HIV (20-24 anos), desagregado por sexo. <i>Linha de base:</i> 30.3 homens; 12.0 mulheres por 100.000 pessoas (2014) <i>Meta:</i> 25.7 homens; 8.2 mulheres por 100.000 pessoas (2021)</p> <p>2. Fortalecimento de capacidades institucionais para promover o acesso a direitos e vida sustentável, com atenção especial à populações vulneráveis e tradicionais.</p> <p><i>Indicador 2.1</i> Número de famílias rurais, com foco no empoderamento das mulheres, recebendo Assistência Técnica em Extensão Rural (ATER).</p> | <p>Ministérios da Saúde, Justiça, Educação, Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário</p> <p>Presidência da República</p> <p>Onu Mulheres, UNFPA, PAHO, UNAIDS</p> <p>IPEA</p> <p>FJP</p> <p>ABC</p> <p>Estados</p> | <p>Regular 187.500</p> <p>Outros 120.000.000</p> |

| | | | | |
|---|---|---|---|--|
| <p>mulheres; 12.220 homens) (2021)</p> <p><i>Indicador:</i> Número de contratos do Programa Nacional de Agricultura Familiar, desagregado por sexo do titular <i>Linha de base:</i> 1.9 milhões (562.000 mulheres; 1.338.000 homens) (2015) <i>Meta:</i> 2.09 milhões (700.000 mulheres; 1.390.000 homens) (2021)</p> <p><i>Indicador:</i> Número de sistemas nacionais de monitoramento de indicadores e relatórios para medir o progresso dos ODSs <i>Linha de base:</i> 1 (2015) <i>Meta:</i> 5 (2021)</p> <p><i>Indicador:</i> Número de instituições brasileiras contribuindo para a Cooperação Sul Sul (SSC) <i>Linha de base:</i> 312 (2015) <i>Meta:</i> 362 (2021)</p> | <p><i>Fonte:</i> Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> MDA</p> <p><i>Fonte:</i> IPEA <i>Frequência:</i> Bial <i>Responsabilidade:</i> IPEA</p> <p><i>Fonte:</i> ABC <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> ABC</p> | <p><i>Linha de base:</i> 629.262 (2015) <i>Meta:</i> 900.000 (2021)</p> <p><i>Indicador 2.2:</i> Número de estados e municípios participando do SINAPIR. <i>Linha de base:</i> 9 estados e 23 municípios (2015) <i>Meta:</i> 27 estados e 173 municípios (2021)</p> <p>3. Fortalecimento de capacidades institucionais para apoiar a formulação, implementação e avaliação de políticas sociais, com participação e controle social.</p> <p><i>Indicador 3.1:</i> Número de novos relatórios de desenvolvimento humano/atlas, com dados desagregados, elaborados e publicados. <i>Linha de base:</i> 3 (2015) <i>Meta:</i> 8 (2021) (1 IDHM desagregado por gênero e raça, 1 RADAR PNAD 2012-2014, 1 novo relatório de 3 regiões metropolitanas, 1 Relatório de Desenvolvimento Humano em esportes e atividades físicas e 1 nova plataforma para o monitoramento dos indicadores dos ODSs.)</p> <p><i>Indicador 3.2:</i> Número de entes da federação (municípios, estados e consórcios públicos) com instrumentos de planejamento alinhados aos ODSs. <i>Linha de base:</i> 0 (2015) <i>Meta:</i> 1.010 (2021)</p> <p>4. Iniciativas de Cooperação Sul Sul apoiadas e orientadas pelas prioridades da Política Externa Brasileira.</p> <p><i>Indicador 4.1:</i> Número de novos projetos de SSC estabelecidos com o Governo Brasileiro. <i>Linha de base:</i> 5 (2015) <i>Meta:</i> 8 (2021)</p> | <p>Municípios</p> <p>Organizações da Sociedade Civil</p> <p>Centros de Pesquisa</p> | |
| <p>Prioridade Nacional <i>Planeta: Gestão sustentável dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras</i></p> | | | | |
| <p>Resultado do UNDAF:</p> <p>Resultado 3: Capacidades institucionais fortalecidas para promover as políticas públicas, sua coerência e implementação, para a gestão sustentável de recursos naturais e serviços ecossistêmicos e o combate às mudanças do clima e seus efeitos adversos.</p> | | | | |

Resultado do Plano Estratégico Global do PNUD (2014-2017)

Resultado 1. Crescimento e desenvolvimento inclusivos e sustentáveis, incorporando capacidades produtivas para a geração de empregos e renda para as populações pobres e em extrema pobreza.

| | | | | |
|---|---|---|--|--|
| <p><i>Indicador:</i> Toneladas de CO2 emitidas anualmente <i>Linha de base:</i> 1.2 GtCO2e (2012) <i>Meta:</i> 2GtCO2e (2020)</p> | <p><i>Fonte:</i> Estimativas de emissões de GEE Brasil <i>Frequência:</i> Cada 4 anos <i>Responsabilidade:</i> MCTI</p> | <p>1. Políticas fortalecidas para a adoção, implementação e monitoramento de medidas de mitigação e adaptação às mudanças do clima, transversalizando e integrando os planos nacionais aos acordos internacionais.</p> <p><i>Indicador 1.1:</i> Toneladas de substâncias destruidoras da Camada de Ozônio (HCFC-141b) eliminadas. <i>Linha de base:</i> 168.8 (2015) <i>Meta:</i> 469.7 (2021)</p> <p><i>Indicador 1.2:</i> Número de iniciativas de Mitigação e Adaptação implementadas. <i>Linha de base:</i> 03 <i>Meta:</i> 06</p> | <p>Ministérios do Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Integração Nacional.</p> <p>Defesa Civil</p> <p>FUNAI</p> <p>Estados</p> <p>Municípios</p> <p>Organizações da Sociedade Civil</p> <p>Centros de Pesquisa</p> <p>Setor Privado</p> | <p>Regular 187.500</p> <p>Outros 100.000.000</p> |
| <p><i>Indicador:</i> Área de desmatamento anual da Amazônia <i>Linha de base:</i> 5,831 km² (2015) <i>Meta:</i> 3,915 km² (2021)</p> | <p><i>Fonte:</i> MMA <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> MMA</p> | <p>2. Políticas fortalecidas para garantir a efetividade de serviços ecossistêmicos e conservação da biodiversidade, promovendo o uso sustentável da terra, recuperação de áreas degradadas e combate à desertificação.</p> <p><i>Indicador 2.1:</i> Número de famílias rurais pobres beneficiárias de desenvolvimento de negócios e novos empregos em estados do Nordeste, desagregado pelo sexo da pessoa responsável pelo domicílio. <i>Linha de base:</i> 0 <i>Meta:</i> 12.000 (3.600 mulheres; 8.400 homens)</p> <p><i>Indicador 2.2:</i> Número de Projetos “Small Grants” implementados e estudos/estratégias de socio-biodiversidade elaborados nos biomas Caatinga, Cerrado e Amazônia. <i>Linha de base:</i> 90 (2015) <i>Meta:</i> 135 (2021)</p> | | |
| <p><i>Indicador:</i> Adoção de políticas de produção e consumo sustentáveis (PPCS) <i>Linha de base:</i> Plano de Ação para PPCS produzido (2011) <i>Meta:</i> Pelo menos 02 planos setoriais em implementação (2021)</p> | <p><i>Fonte:</i> MMA <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> MMA</p> | <p>3. Parcerias com instituições governamentais, setor privado e sociedade civil estabelecidas para assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis, promovendo eficiência energética, tecnologias limpas e renováveis e práticas ambientalmente sustentáveis.</p> <p><i>Indicador 3.1:</i> Número de parcerias para assegurar padrões de</p> | | |

| | | | | |
|---|--|--|---------------|--|
| <p><i>Indicador:</i> Populações indígenas por situação de domicílio (dentro e fora de terras indígenas), desagregado por sexo <i>Linha de Base:</i> 517,838 em terras indígenas (51.6% homens e 48.4% mulheres) e 379.539 (48.7% homens e 51.3% mulheres) fora de terras indígenas (2010) <i>Meta:</i> 700.000 dentro (50.5% homens 49.5% mulheres e 300.000 fora (49.5% homens e 50.5% mulheres) (2020)</p> <p><i>Indicador:</i> Porcentagem de entes subnacionais com mecanismos de resposta e recuperação em Gestão de Riscos de Desastres. <i>Linha de Base:</i> 52% (2013) <i>Meta:</i> 57.2% (2021)</p> | <p><i>Fonte:</i> Censo 2010 - “O Brasil Indígena” <i>Frequência:</i> Cada 10 anos <i>Responsabilidades:</i> IBGE</p> <p><i>Fonte:</i> Defesa Civil /MUNIC <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> Defesa Civil /IBGE</p> | <p>consumo e produção sustentáveis. <i>Linha de Base:</i> 04 (2015) <i>Meta:</i> 10 (2021)</p> <p>4. Estratégias e capacidades técnicas fortalecidas para tornar as cidades, comunidades e territórios inclusivos, integrados, seguros, acessíveis, resilientes e sustentáveis, com especial atenção às necessidades das pessoas em situação vulnerável.</p> <p><i>Indicador 4.1:</i> Número de estratégias/planos implementados para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas <i>Linha de Base:</i> 10 (2015) <i>Meta:</i> 20 (2021)</p> <p>5. Capacidades fortalecidas para a elaboração e implementação de políticas e ações em Gestão de Riscos de Desastres, incluindo adaptação à mudança do clima, em abordagem integrada e multisetorial.</p> <p><i>Indicador 5.1:</i> Planos de desenvolvimento nacionais e setoriais implementados, abordando explicitamente a questão de riscos de desastres e/ou climáticos, desagregados pela perspectiva de gênero <i>Linha de Base:</i> 1 Nacional, sem perspectiva de gênero <i>Meta:</i> 1 Nacional e 5 subnacionais /setoriais com perspectiva de gênero</p> | | |
| <p>Prioridade Nacional</p> | | | | |
| <p>Prosperidade: Prosperidade e qualidade de vida para todas as pessoas</p> | | | | |
| <p>Resultado do UNDAF</p> | | | | |
| <p>Resultado 4: Crescimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, com diversificação produtiva, fortalecimento industrial, infraestrutura resiliente, aumento da produtividade e inovação, transparência, participação social e valorização das micro e pequenas empresas</p> | | | | |
| <p>Resultado do Plano Estratégico Global do PNUD (2014-2017)</p> | | | | |
| <p>Resultado 1. Crescimento e desenvolvimento inclusivos e sustentáveis, incorporando capacidades produtivas para a geração de empregos e renda para as populações pobres e em extrema pobreza.</p> | | | | |
| <p><i>Indicador:</i> Número de empresas individuais, micro e</p> | | <p>1. Negócios e ecossistemas de mercados inclusivos fortalecidos, por meio de investimentos produtivos, informação e apoio na</p> | <p>SEBRAE</p> | |

| | | | | |
|--|--|---|--|---|
| <p>pequenas no Brasil, desagregado pelo sexo da/o empresária/o <i>Linha de Base:</i> 10 milhões (51% mulheres; 49% homens) (2015) <i>Meta:</i> 12 milhões (52% mulheres; 48% homens) (2021)</p> <p><i>Indicador:</i> Percepção dos empresários sobre serviços de financiamento bancário <i>Linha de Base:</i> 55% Muito bom/bom, 10% regular, 35% ruim/péssimo (2014) <i>Meta:</i> 75% Muito bom/bom, 10% regular, 15% ruim/péssimo (2021)</p> <p><i>Indicador:</i> Número de empresas engajadas em redes de negócios internacionais e nacionais <i>Linha de Base:</i> 720 (2016) <i>Meta:</i> 1000 (2021)</p> | <p><i>Fonte:</i> Compre do Pequeno <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> SEBRAE</p> <p><i>Fonte:</i> Financiamento dos Pequenos Negócios no Brasil <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> SEBRAE</p> <p><i>Fonte:</i> Pacto Global <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> Pacto Global</p> | <p>implementação</p> <p><i>Indicador 1.1:</i> Número de aceleradoras e incubadoras de negócios apoiadas para a implementação de modelos de negócios inclusivos. <i>Linha de Base:</i> 0 (2015) <i>Meta:</i> 15 (2021)</p> <p>2. Estudos, informação e inovação tecnológica desenvolvidos para maximizar a inclusão financeira e promover o crescimento econômico inclusivo.</p> <p><i>Indicador 2.1:</i> Número de novos casos de finanças inclusivas mapeados, apresentados e publicados por meio de plataforma on-line <i>Linha de Base:</i> 0 (2016) <i>Meta:</i> 10 (2021)</p> <p>3. Fortalecimento de capacidades técnicas para melhorar o acesso à infra-estrutura e serviços básicos para que empresas brasileiras alcancem áreas pobres e mercados externos, promovendo um ambiente de negócios ágil e crescimento econômico sustentável.</p> <p><i>Indicador 3.1:</i> Número de negócios e redes engajadas na troca de conhecimento sobre modelos inovadores para o acesso à infra-estrutura e serviços básicos <i>Linha de Base:</i> 1 (2015) <i>Meta:</i> 10 (2021)</p> <p>4. Expansão de parcerias para apoiar e promover crescimento inclusivo e sustentável, por meio da troca de conhecimentos e atividades de fortalecimento de capacidades.</p> <p><i>Indicador 4.1:</i> Número de redes, escolas, associações e filantrópicas de negócios engajadas no diálogo sobre negócios inclusivos. <i>Linha de Base:</i> 2 (2015) <i>Meta:</i> 11 (2021)</p> | <p>CNI/CNA</p> <p>Estados</p> <p>Municípios</p> <p>Escolas e redes de negócios</p> <p>Ministério das Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia, Planejamento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio.</p> <p>Banco Central</p> <p>Doadores bilaterais</p> <p>IFI's (BID, FIDA, Banco Mundial)</p> | <p>Regular 187.500</p> <p>Outros 10.000.000</p> |
| <p>Prioridade Nacional Paz: Sociedade pacífica, justa e inclusiva</p> | | | | |
| <p>Resultado do UNDAF Resultado 6. Promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva por meio de participação social, transparência e governança democrática, respeitando-se a laicidade do Estado e garantindo-se direitos humanos para todos e todas</p> | | | | |

Resultado do Plano Estratégico Global do PNUD (2014-2017)

Outcome 2. Expectativas dos cidadãos por voz, desenvolvimento, exercício de direitos e accountability são cumpridas por instituições de governança democrática fortes.

| | | | | |
|--|---|---|--|------------------------------------|
| <p><i>Indicador:</i> Taxa de homicídio, desagregado por idade, sexo e raça/cor <i>Linha de Base:</i> 25.2 homens; 4.8 mulheres; 57,6 jovens; 40,4 negros por 100.000 habitantes (2012) <i>Meta:</i> 22.6 homens ; 3.9 mulheres; 53 jovens; 37 negros por 100.000 habitantes (2021)</p> | <p><i>Fonte:</i> Anuário Brasileiro de Segurança Pública <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> FBSP</p> | <p>1. Abordagem inovadora de políticas e programas promovidos por meio do desenvolvimento de capacidades e diálogo, com metodologias participativas e multidisciplinares.</p> | <p>Ministério da Justiça e CGU</p> | <p>Regular 187.500</p> |
| <p><i>Indicador:</i> Gastos do Governo Federal como porcentagem do orçamento aprovado <i>Linha de Base:</i> 34% (2014) <i>Meta:</i> 38% (2021)</p> | <p><i>Fonte:</i> Tribunal de Contas da União (TCU), Contas do Governo <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> TCU</p> | <p><i>Indicador 1.1:</i> Número de planos estratégicos de segurança desenvolvidos por municípios, incluindo os estados mais violentos de Alagoas, Espírito Santo e Ceará. <i>Linha de Base:</i> 52 (2014) <i>Meta:</i> 104 (2021)</p> | <p>Estados</p> | <p>Other 20.000.000</p> |
| <p><i>Indicador:</i> Taxa de congestionamento e estoque de processos da Justiça, nas cortes de 1ª e 2ª instancias. <i>Linha de Base:</i> 73% 1ª; 47% 2ª (2014) <i>Meta:</i> 65.7% 1ª; 42.3% 2ª (2021)</p> | <p><i>Fonte:</i> CNJ <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidade:</i> CNJ</p> | <p><i>Indicador 1.2:</i> Número de “Casas da Mulher Brasileira” que prestam serviços integrados para mulheres vitimas de Violência Sexual e de Gênero, implementadas em capitais de Estados. <i>Linha de Base:</i> 3 (2015) <i>Meta:</i> 8 (2021)</p> | <p>Municípios</p> | |
| <p><i>Indicador:</i> Porcentagem de cumprimento das 170 recomendações recebidas pelo Brasil pelo mecanismo da Revisão Periódica</p> | <p><i>Fonte:</i> Relatório do Brasil (2017 and 2021) <i>Frequência:</i> Cada 4 anos</p> | <p>2. Capacidades técnicas e institucionais desenvolvidas para aumentar a transparência, accountability e instituições inovadoras em todos os níveis, por meio de mecanismos de participação social, gestão efetiva, infomação e coordenação</p> | <p>Universidades e Centros de Pesquisa</p> | |
| | | <p><i>Indicador 2.1:</i> : Número de novas agendas de compromisso para reduzir a corrupção formuladoa em conjunto com instituições públicas e privadas. <i>Linha de Base:</i> 1 (2015) <i>Meta:</i> 4 (2021)</p> | <p>Civil society organizations</p> | |
| | | <p><i>Indicador 2.2:</i> Número de estados e municípios em acordo com a Lei de Acesso à Informação (<i>Escala Brasil Transparente</i>). <i>Linha de Base:</i> 8 estados e 31 municípios (2015) <i>Meta:</i> 27 estados e 100 municípios (2021)</p> | <p>Setor Privado</p> | |
| | | <p>3. Promoção de iniciativas de acesso a Justiça promovidas, fortalecendo o Sistema Judiciário e mecanismos alternativos de resolução de disputas, incentivando a cultura de resolução pacífica de disputas em todos os níveis.</p> | <p>Sistema de Justiça</p> | |
| | | <p><i>Indicador 3.1:</i> Porcentagem de unidades prisionais adotando novos modelos de gestão. <i>Linha de Base:</i>0% (2015) <i>Meta:</i> 70% (2021)</p> | | |

| | | | | |
|---|--|---|--|--------------------------------------|
| <p>Universal (RPU) <i>Linha de Base:</i> Brazil MTR underway (2015) <i>Meta:</i> 60% (2021)</p> <p><i>Indicador:</i> Porcentagem de municípios com estrutura de gestão para implementar políticas de direitos humanos. <i>Linha de Base:</i> 44.1% (2014) <i>Meta:</i> 52.9% (2021)</p> | <p><i>Responsabilidade:</i> MMIRDH</p> <p><i>Fonte:</i> MUNIC <i>Frequência:</i> Anual <i>Responsabilidades:</i> IBGE</p> | <p><i>Indicador 3.2:</i> Taxa de crescimento anual de encarceramento de mulheres, desagregada por idade e raça/cor. <i>Linha de Base:</i> 40.5% ao ano (Total 37.380; Jovens 18.690; Negras 11.214) (2014) <i>Meta:</i> 20% ao ano (Total 82.690; Jovens 41.345; Negras 27.563) (2021)</p> <p>4. Fortalecimento de mecanismos nacionais, subnacionais e políticas para a promoção de direitos humanos, considerando desigualdades de gênero, raça, etnia e geracionais, independente de sua nacionalidade.</p> <p><i>Indicador 4.1:</i> Porcentagem de propostas apresentadas nas Conferências Conjuntas de Direitos Humanos (2016) implementadas como ações de políticas públicas. <i>Linha de Base:</i> 0% (2015) <i>Meta:</i> 40% (2021)</p> | | |
| | | | | <p>Total 250.750.000</p> |